

Identificação de estratégias familiares nas famílias agrícolas

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira

Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela

Rua João Maria Sarmento Pimental 5370 – 326 Mirandela

Tel. 278 2013407/1

e-mail: gmadureira@ipb.pt



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

RESUMO

Apresentam-se, neste artigo, alguns dados relevantes sobre as dinâmicas que vão ocorrendo nas explorações agrícolas e sua (des)articulação e (des)coordenação, com focagem prioritária nas estratégias familiares desenvolvidas pelo agregado doméstico durante o seu ciclo de vida.

A abordagem teórica consistiu na análise dos conceitos de ciclo de vida da família e de estratégias familiares. A conceptualização e operacionalização destes conceitos foram tratadas em torno dos contributos da sociologia da família e da sociologia rural. O estudo das estratégias familiares centrou-se nas dinâmicas dos agregados domésticos relacionadas com as explorações agrícolas.

A aplicação de um inquérito simplificado e de um inquérito estruturado, por entrevista, foi considerado o método mais adequado para a construção de uma tipologia das unidades familiares.

Introdução

O universo social de análise são as famílias agrícolas da agricultura familiar entendidas por um padrão que não é um todo homogéneo. Pelo contrário, segundo a literatura tratada, fragmenta-se em três grandes universos tomando por referencial a principal origem dos rendimentos das famílias agrícolas a qual está relacionada com a articulação das mesmas aos mercados dos produtos agrícolas, de trabalho e ainda do sistema de segurança social.

Iniciámos a nossa reflexão pelas famílias agricultoras às quais se seguiram as famílias cujos rendimentos são provenientes dos mercados de trabalho – famílias do exterior – e por último debruçámo-nos sobre as famílias que auferiam receitas essencialmente do sistema de segurança social – famílias da segurança social.

As famílias agricultoras, também designadas por famílias agrícolas com rendimentos originários, maioritariamente, da exploração agrícola, caracterizam-se por as principais receitas provirem da actividade agrícola.

Começámos por analisar as dinâmicas destas famílias através das estratégias familiares conceptualmente já estudadas, articulando com os diferentes momentos temporais desta agricultura familiar, ou seja, com os ciclos de vida da família.

Os dados empíricos permitem distinguir três universos, tendo como eixo diferenciador o ciclo de vida familiar, concretamente expresso pelas unidades família/exploração dos idosos, adultos e jovens.

Na análise das dinâmicas desenvolvidas pelas famílias do exterior – famílias com rendimentos originários, maioritariamente, de actividades exteriores à exploração agrícola – e tomando também como eixo diferenciador os ciclos de vida da família, o resultado dos inquéritos locais leva-nos a considerar três tipos distintos, ou seja, as unidades familiares dos idosos, adultos e jovens.

Nas famílias da segurança social é de destacar as receitas provenientes, maioritariamente, do sistema de segurança social. Procedimento idêntico ao adoptado no estudo das famílias agricultoras e do exterior, retomamos no estudo destas famílias, analisando as suas dinâmicas, através das estratégias familiares abordadas e articuladas com as fases do ciclo de vida. Daqui resulta um universo de dois tipos de famílias da segurança social: as idosas e as adultas.

1 - Estratégias das famílias agrícolas

Falar de estratégias das famílias agrícolas é tratar de comportamentos visíveis que consistem em condutas dos elementos dessas famílias (nomeadamente, quem faz o quê, onde, quando, como, com que meios, com que resultados) e na análise do seu relacionamento com outros agregados familiares. Significa que se assuma a existência de unidades de decisão, de

pontos de referência e de fundamentos para a orientação das acções. Entende-se ainda que estas acções, dos indivíduos e das unidades familiares, consistem na preocupação pela reprodução material durante o ciclo de vida — através da sua participação económica — como na reprodução biológica da unidade e na diversidade de dimensões do seu comportamento social. Porém, o referencial analítico terá forçosamente de ser alargado a outras dimensões, como de seguida se explicita.

Como a vasta literatura científica ilustra, nas colectividades rurais de agriculturas familiares relativamente auto-suficientes os agregados domésticos têm a possibilidade de organizar o processo produtivo e reprodutivo. Estes processos desenvolvem-se no contexto histórico e económico de cada comunidade e inserem-se no meio social a que pertence cada um dos agregados domésticos. Deste modo importa conhecer as políticas socioeconómicas de nível nacional, para se perceberem os seus efeitos a nível local e, por conseguinte, as estratégias dos grupos domésticos das mais diversas classes sociais.

Esclareça-se ainda que a aplicação do conceito de estratégia na agricultura familiar pressupõe uma unidade de análise — família/exploração — e a afectação de recursos não só do interior desta unidade, como também do seu exterior (actividades externas). Com efeito, é no interior da unidade família/exploração que se distribui o trabalho e os recursos necessários ao desempenho das actividades agrícola e não-agrícolas, tratando-se de respostas a constrangimentos e oportunidades perceptíveis na exploração e no contexto envolvente (Barlett, 1980; Rivera e Molina, 1983; Mauleón, 1998).

Não obstante serem várias as estratégias familiares estudadas no âmbito das famílias agrícolas, fixar-nos-emos nalgumas delas por assumirem uma função nuclear na agricultura familiar. Referimo-nos concretamente às estratégias matrimoniais, hereditárias, emigratórias, de construção de relações de trabalho e, finalmente, as relativas às aspirações e projectos de vida das famílias.

2 - Estratégias matrimoniais

As estratégias matrimoniais são aqui entendidas enquanto dinâmicas tanto de reprodução e de sobrevivência da espécie humana como de mobilidade na escala social. Por seu lado, o matrimónio traduz-se pela união entre um homem e uma mulher, eventualmente originários de diferentes famílias, em que os filhos provenientes dessa união são legalmente reconhecidos como filhos legítimos (Lebrun, 1983; Lourenço, 1991; Saraceno, 1997; Silva, 1998).

Com efeito, sendo o casamento uma relação entre duas pessoas, esta enfrenta, frequentemente, constrangimentos estruturais que limitam o campo de acção das unidades familiares e lhes apontam a orientação para a melhor união, onde imbricam dois elementos — interesse e emoção. A este propósito é de recordar Silva (1998) que também realçou “que interesse e emoção formam um todo indissociável, socialmente constituído e originário de uma mesma matriz” (1998: 74). A grande questão, como assinala este autor, tem a ver com o modo como se entrelaçam estes dois elementos, tanto no campo do trabalho e do património, como no das relações sociais. Ou seja, até que ponto prevalece a afectividade à racionalidade, ou, se pelo contrário, esta última se impõe à afectividade. De facto, no contexto de uma agricultura familiar tradicional, sobressai esta segunda vertente. A este propósito é de recordar Lebrun (1983) quando referia que o casamento era uma união de conveniência, sendo que em todos os meios sociais se tinha primeiro em consideração o “negócio” e, apenas secundariamente, se tratava o aspecto sentimental. Para aquele autor, “o bom casamento é o casamento de razão e não o casamento de amor” (1983: 159).

De seguida centramos a atenção no conceito de estratégias matrimoniais no âmbito das agriculturas familiares. Estas estratégias serão aqui analisadas segundo duas perspectivas. A primeira, relacionada com a sobrevivência do agregado doméstico, que denominamos por continuidade familiar; a segunda perspectiva, dado estar fortemente marcada pela posse e/ou acesso à terra, designamos por património fundiário.

Os estudos em torno das estratégias matrimoniais, segundo a perspectiva da continuidade familiar, centram-se, sobretudo, em torno de duas questões, a saber:

(i) no desempenho de tarefas distintas, inerentes a cada membro do casal e no princípio da endogamia a diferentes níveis, relativo à eleição do cônjuge e (ii) nos mecanismos de reprodução social (casamento e celibato), enquanto reguladores demográficos e na consequente mobilidade social do agregado doméstico.

Assim, tendo subjacente a perspectiva da continuidade familiar, procede-se à análise da conceptualização do matrimónio e das estratégias com ele relacionadas. Neste âmbito são retomados diversos autores, tendo por objectivo reter como cada um deles teorizou e operacionalizou o conceito e quais os temas a que deu maior ênfase, tendo em conta as duas questões acima referenciadas.

O património fundiário foi a outra perspectiva do estudo do conceito de estratégias matrimoniais, no âmbito das agriculturas familiares. Nesta perspectiva, marcada pelo acesso à terra, ao aumento do património fundiário, à conservação do património na casa de origem ou mesmo à reunião desse património (que devido a mecanismos de herança, tinham por norma dividi-lo), destacámos uma questão básica de análise — a obtenção e/ou reunião de terra — substanciada em dois aspectos a tratar: a constituição e/ou sobrevivência da casa e a diferenciação social.

Assim, as estratégias de casamento têm por objectivo central, para além da procriação — perspectiva de continuidade familiar — o aumento do património fundiário, essencialmente através de acesso a maior quantidade de terra — perspectiva do património fundiário. A terra, sendo a base de sustento das famílias agrícolas é, por conseguinte, o elemento básico para a sua constituição e estabilidade.

Também no presente trabalho, as estratégias matrimoniais têm subjacente um aumento de património, traduzido em posse da terra e elementos afins, como, a casa, os terrenos, os edifícios, os equipamentos e o gado. É evidente, no entanto, que o cerne da questão continua a ser a reprodução biológica, material e social da família. É notório, aqui, a abrangência, a interligação e a imprecisão dos contornos das duas perspectivas de análise do conceito de

estratégias matrimoniais no âmbito das agriculturas familiares: a continuidade familiar e o património fundiário.

3 - Estratégias hereditárias

No âmbito da reflexão que vimos desenvolvendo, as estratégias hereditárias merecem algum destaque, dado constituírem mecanismos básicos que permitem o acesso aos meios de produção e, por conseguinte, aos meios de subsistência, estando portanto em estreita relação com a formação dos agregados domésticos. Estas estratégias tendem a ser complementares das estratégias matrimoniais, dado que ambas tendem a estar orientadas, por norma, para a maximização dos recursos fundiários tendo em conta o sucessor da casa e os restantes filhos, de modo que também estes últimos não fiquem privados de recursos.

Assim, nos processos de reprodução social são fundamentais as estratégias matrimoniais e hereditárias, estando estas últimas assentes em estratégias baseadas na transmissão de bens por herança e sendo ainda a principal fonte de acesso à terra por parte dos agregados domésticos (Anderson, 1984; Bourdieu, 1993). Como referiu Lourenço “os sistemas de herança visam, essencialmente, assegurar que a transmissão do património familiar obedeça ao conjunto de normas jurídicas, de costumes e de práticas actuais que regulam a sua distribuição pelos herdeiros” (1991: 198).

Na abordagem da problemática referida, analisaremos os três pontos seguintes: (i) sistemas de herança e sucessão e, respectiva designação do sucessor; (ii) organização da divisão da herança e atitudes dos herdeiros e (iii) momento da partilha e características das parcelas de terra herdadas.

A análise destes temas permite-nos aperceber das dinâmicas de diversos factos determinantes para a formação dos agregados domésticos. Assim, o primeiro ponto diz respeito às práticas correntes de herança e sucessão, ou seja, à repartição do património familiar pelos herdeiros legítimos, assim como à expectativa de sucessão e ao seu impacte na gestão da

exploração agrícola. É de realçar a escolha do sucessor ou herdeiro favorito, por parte dos pais, e o fortalecimento da sua posição de herdeiro numa tentativa de preservar, tão intacto quanto possível, o património da exploração. Porém, quanto aos restantes filhos, a sua posição na herança encontra-se dependente dos seus destinos, nomeadamente: celibatários residentes em casa, casados no exterior da comunidade e aqueles que optam pela emigração.

A organização da divisão da herança e atitudes dos herdeiros — segundo ponto da nossa análise — trata da função da família enquanto possuidora de património fundiário e enquanto reguladora da partilha desse mesmo património a partir da herança, designadamente a (in)divisão dos prédios rústicos. É de destacar ainda o propósito por parte dos herdeiros, relativamente ao recebimento da herança em termos de património fundiário e/ou tornas (aceites ou pagas).

O terceiro, e último ponto tem em conta o momento da partilha e as características das parcelas de terra herdadas. Pretende-se aqui fazer uma reflexão sobre a ocorrência do referido momento, isto é, quando a transmissão dos bens se processa após a morte dos pais ou, pelo contrário, quando ela ocorre em vida destes. Nesta reflexão, o tipo de terras herdadas, por norma, representativo do sistema cultural da região será um aspecto considerado.

Para ilustrar a conceptualização e a operacionalização das temáticas subjacentes às estratégias hereditárias, apoiámo-nos em trabalhos empíricos de diversos autores, cujos estudos se centraram em torno daqueles pontos.

Para o presente trabalho é de evidenciar, no que concerne à primeira abordagem no âmbito das estratégias hereditárias, os sistemas de herança e sucessão e respectivas práticas de distribuição do património fundiário. Relativamente à abordagem seguinte, é de acentuar o propósito, por parte dos herdeiros, em receber por herança, preferencialmente, património fundiário ou tornas. Por último e quanto à terceira abordagem, é de destacar o momento temporal das partilhas, em vida ou morte do testador.

Assim, as estratégias hereditárias têm subjacente, em conjunto com as estratégias matrimoniais, a formação, manutenção e reprodução dos agregados domésticos, dependendo

estes, especialmente, da variação dos factores que acabámos de pôr em relevância e por nós abordados neste capítulo.

4 - Estratégias emigratórias

Como referiram Baganha e Góis “por emigração entendemos a transferência por tempo indeterminado de um país soberano para outro país soberano de trabalhadores migrantes e seus familiares” (1998/1999: 232), sendo o acto (e)migratório vivido no contexto de uma estratégia familiar de “partir” ou de “permanecer”, e que segundo Almeida, se trata de “um empreendimento colectivo em que participa a família como um todo, e não uma fuga individual de um trabalhador solitário” (1986: 305)¹.

Com efeito, mediante diferentes expectativas de vida, não só familiares como também individuais, as estratégias emigratórias — não descontextualizadas de outras estratégias, como as matrimoniais, as hereditárias, as laborais — poderão ser encaradas como uma extensão das possibilidades estratégicas de sobrevivência da família. Tal como afirmou Brettell “estes primeiros estudiosos da situação demográfica de Portugal apercebiam-se claramente da ligação entre condições económicas, emigração, nupcialidade e fecundidade” (1991: 93).

De facto, os agregados domésticos, através de estratégias (e)migratórias, pretendiam manter em equilíbrio recursos e necessidades, fazendo (e)migrar elementos do seu agregado, nomeadamente, filhos menores não herdeiros, o conjunto dos elementos do agregado ou o chefe de família (ou mesmo outro dos seus elementos). Relativamente aos filhos menores, eram frequentemente enviados a trabalhar para outras unidades agrícolas, sendo que no caso das filhas, se deslocavam, por norma, para zonas urbanas, para servir como empregadas domésticas. A (e)migração englobava, por sistema, filhos não sucessores — apenas um dos filhos era

¹ Jackson também referiu que “a migração implica o movimento de indivíduos e grupos entre duas sociedades: a que acabaram de deixar e aquela em que procuram inserir-se. O processo consoma-se normalmente através do movimento físico, com a consequente alteração de residência e de outras circunstâncias, não assumindo um carácter diferente das transições resultantes de lentos e bem definidos movimentos históricos que provocam alterações circunstanciais radicais para todos os que os vivem” (1991: 2-3).

destinado a suceder na casa e a permanecer com os progenitores — que não herdando (ou quase) se viam obrigados a uma dispersão forçada. O fenómeno (e)migratório levava também à mobilidade forçada, no caso de famílias agrícolas sem terra e cujos patrões anulavam os contratos de arrendamento, de parceria ou de aluguer de junta de bois, levando o agregado doméstico a procurar novo contrato, para sua sobrevivência, muitas vezes na mesma comunidade ou em comunidades limítrofes. Por último, existiam casos de mobilidade relacionada com o próprio trabalho, como por exemplo no caso dos pastores, dos assalariados agrícolas e dos migrantes sazonais (Saraceno, 1997).

Assim, tem-se verificado que a maior parte dos (e)migrantes ao ausentarem-se da sua terra natal, fazem-no apenas por período de tempo limitado — o suficiente para que lhes seja possível acumular determinadas economias — que lhes permitirá a compra de casa ou a sua reconstrução, a aquisição de terras e, porventura, o acesso a uma melhor qualidade de vida². Como dizia George “a emigração é considerada um correctivo da pobreza do indivíduo e do grupo” (1977: 30).

Os autores por nós referidos, analisaram as estratégias emigratórias segundo duas abordagens, tendo em conta diferentes questões a que deram maior relevo, nomeadamente os fluxos emigratórios e o perfil do emigrante — integrados na primeira abordagem — e o fenómeno da emigração para o exterior da região e o papel da mulher no referido processo, como fazendo parte da segunda abordagem.

O presente estudo insere-se nesta segunda perspectiva de abordagem das estratégias emigratórias, estando-lhe subjacente a análise das necessidades de subsistência das unidades familiares, a sua ascensão na escala social da comunidade e as tarefas desenvolvidas pela mulher quando emigrada ou no país de origem, durante a ausência do marido e/ou outros familiares. Para isso teremos em conta as condições de vida dos agregados domésticos, através do funcionamento da vida económica das unidades familiares, do tipo de actividade agrícola

² Segundo Silva “o emigrante decidirá partir, sempre que os benefícios a médio e a longo prazo recompensem os custos e os sacrifícios da emigração” (1998: 77).

(mantendo-se ou não como actividade principal), da análise de outras fontes de rendimento, quer antes quer depois do projecto emigratório.

5 - Estratégias de construção de relações de trabalho

Nas explorações agrícolas familiares a força de trabalho aparece como principal recurso — factor de produção — dela dependendo grande parte das suas capacidades económicas e de acumulação, sendo determinante no delineamento das estratégias das famílias. A repartição dessa força de trabalho, face às oportunidades que se apresentam à família, torna-se crucial no estudo das estratégias de construção de relações de trabalho.

Importa, assim, precisar a noção de trabalho e como frisou Wall “o trabalho (e a terra) representavam, segundo a lógica da casa auto-suficiente, os pilares principais daquilo a que se pode chamar a comunidade familiar” (1998: 267). Também Barthez referiu, sobre contextos similares, que “na exploração familiar/unidade de produção, o trabalho é efectuado por um grupo de indivíduos que não estão reunidos por uma lógica de ajuste e de selecção a partir de um mercado de trabalho, mas segundo uma lógica de desenvolvimento da família” (1982: 11).

São de destacar três tipos principais de trabalho numa comunidade rural, o trabalho familiar, a entreajuda e o trabalho assalariado. Outras duas formas de trabalho, como o trabalho altruístico e o trabalho ao nível da aldeia, são de referir, embora secundarizantes (Barthez, 1982; O'Neill, 1984; Silva, 1998; Wall, 1998).

Nas explorações familiares, o trabalho é desempenhado pelos membros desses agregados domésticos, sendo que a composição e dimensão da família determina a disponibilidade de mão-de-obra, dado que é minoritário, ou mesmo inexistente, o trabalho proveniente de outras origens. De facto, a tónica dominante da divisão de trabalho recai, assim, no seio da própria família.

A família agrícola tradicional é constituída por um casal, sendo ele o chefe da exploração, alguns filhos jovens e, frequentemente, os pais (e/ou outros parentes) dos titulares da exploração. O casal, nas diferentes áreas, é quem mais trabalha para a exploração, seguindo-se-lhes os filhos e por último os outros parentes, que poderão eventualmente desenvolver actividades mais secundárias na exploração. É aqui de recordar Silva e Toor quando referiam que “a casa compreendia a totalidade de todos os bens materiais móveis e imóveis e servia como base para a subsistência e reprodução, para a solidariedade entre gerações e a representatividade face às demais casas, tal como em festas e enterros” (1988: 65).

Como refere a literatura desta área temática, a divisão do trabalho dentro dos agregados familiares agrários distingue-se sobretudo através do sexo, idade e posição de cada um na estrutura do grupo doméstico, referindo Barthez que “em vez de operarem por critérios de competência e qualificação, utilizam critérios biológicos, como: a idade, o sexo e o estatuto de cada um no parentesco” (1982: 36). Também Mendras afirmou, sobre situações semelhantes, “as tarefas são reguladas pelo costume em função do sexo e da idade, e não pela organização da produção em função das competências dos trabalhadores” (1991: 118).

Os trabalhos empíricos evidenciam que a idade, o sexo e a posição hierárquica de parentesco, são determinantes nas funções e tarefas a desempenhar pelos elementos da família. Existia efectivamente uma rigorosa segregação de papéis laborais e responsabilidades atribuídos a homens e a mulheres e acontecia que “para o casal tradicional, os papéis desempenhados pelos sexos eram absolutos e a comunidade castigava com o ridículo os que tentavam infringi-los” (Shorter, 1995: 74).

À mulher era-lhe atribuído o papel de criação e sociabilização dos filhos, dirigido para o interior da família, embora não descurando as tarefas produtivas, enquanto que ao homem competia-lhe as actividades de produção relativas à exploração agrícola, às ligações com o mercado e, por conseguinte, a representação no exterior do sistema família/exploração (Mendras, 1991; Cabral, 1981; Shorter, 1995).

Após a II Guerra Mundial e com a modernização da agricultura — com as respectivas transformações dos seus sistemas produtivos — a actividade agrária absorveu menos activos o

que levou a população rural a aderir aos fenómenos de industrialização, de migração e de pluriactividade. Estas transformações reflectiram-se na dinâmica da família/exploração, principalmente com a saída do homem da exploração, manifestando-se uma particular alteração na divisão sexual, tradicional, do trabalho agrícola.

A ocorrência de situações de pluriactividade, em que alguns elementos da família trabalhavam no exterior da exploração, como assalariados, e dado que estes elementos eram predominantemente do sexo masculino, levou a um substancial número de mulheres a dedicarem-se às tarefas agrícolas e consequentemente a uma maior “feminização” da população activa agrícola (Cernea, 1978; Rodrigo, 1986; Wall, 1986).

Para ilustrar as estratégias de construção de relações de trabalho elaboradas pelos agregados domésticos, apoiámo-nos em trabalhos empíricos de determinados autores, com o objectivo de melhor conhecer e entender o funcionamento dessas unidades na perspectiva da organização e divisão das tarefas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por cada um dos seus elementos. Para isso, destacamos três questões básicas: (i) a ética, as trocas de trabalho e as respectivas remunerações, (ii) a divisão de trabalho pelos elementos da família, e (iii) os diferentes tipos de trabalho e o fenómeno da “feminização” nas explorações agrícolas.

O presente trabalho integra-se, essencialmente, na segunda vertente, ou seja, na análise da divisão do trabalho, agrícola ou não-agrícola, pelos diferentes membros do agregado doméstico. Também aqui e dada a imprecisão dos contornos das três vertentes analisadas, o estudo toca a temática da entreajuda entre os elementos da comunidade e o fenómeno da “feminização” nas explorações agrícolas, respectivamente, enquadrados na primeira e terceira vertentes abordadas.

6 - Estratégias relativas às aspirações e projectos de vida das famílias

As estratégias familiares relativas às aspirações e projectos de vida das famílias agrícolas passam, essencialmente, por dois eixos: o primeiro relativo ao sistema educativo dos elementos mais jovens das famílias e o segundo aos bens materiais necessários à sobrevivência e bem-estar dessas unidades familiares.

6.1 - Sistema educativo

Concentremos a nossa atenção no primeiro eixo destas estratégias. Este abarca as interacções entre as crianças e os jovens das unidades familiares e o sistema dual escola-trabalho.

É de referir que há duas ou três décadas, as famílias agrícolas viam com pouca utilidade a escolarização dos seus filhos, dado concorrer com os tempos dedicados ao trabalho agrícola, factor considerado indispensável nas tarefas da exploração familiar. O recurso ao trabalho infantil, principalmente em famílias mais carenciadas, originava frequentemente baixas taxas de frequência e elevado abandono da escolaridade obrigatória. Era também significativa a atribuição dos baixos rendimentos escolares ao cansaço físico e ao insuficiente e deficiente sistema alimentar dos descendentes em idade escolar (Almeida, 1986; Sobral, 1999).

Mais recentemente, com a desvalorização relativa do trabalho agrícola e com a conjugação de outra actividade ou fonte de rendimento, devido ao aumento de oportunidades para obtenção de salários nos sectores secundário e terciário, não só na região, como noutras zonas do país ou mesmo no estrangeiro, tem vindo a aumentar o reconhecimento pelo capital escolar e a tendência para a generalização da escolaridade. Esta tendência tem-se verificado também no meio rural devido, essencialmente, às maiores exigências de qualificação determinadas pelo sector económico e pelas medidas legais impostas no país. De facto, as unidades familiares têm participado para a saída dos seus filhos do sector agrícola, investindo na sua escolaridade com o consequente impacte a nível de profissões fora da esfera fundiária (Comas D'Argemir e Contreras, 1990; Lourenço, 1991; Díaz Méndez e Díaz Martínez, 1995 e 1998; Ribeiro, 1998).

Porém, e apesar destas circunstâncias, Portugal não deixa de ter dos mais baixos índices de escolaridade, quando comparado com outros países da União Europeia. Uma repartição desigual entre ricos e pobres, entre rapazes e raparigas ou entre zonas urbanas e rurais do interior, tem continuado a verificar-se (Almeida, 1986).

Para ilustrar este primeiro eixo, apoiámo-nos em trabalhos elaborados por diversos autores tendo em vista uma abordagem segundo duas ópticas: (i) os percursos escolares mais ou menos longos *versus* trabalho agrícola ou não-agrícola e (ii) o abandono do meio agrícola, por motivo de via escolar ou laboral.

6.2 - Bens materiais

Focamos, de seguida, a nossa análise em torno do segundo eixo das estratégias relativas às aspirações e projectos de vida das famílias — os bens materiais essenciais à subsistência e bem-estar das famílias agrícolas.

Todo o agregado doméstico tem por objectivo, para além da obtenção de bens materiais essenciais que são o garante da sua sobrevivência, outro tipo de bens materiais, que lhe vai permitir um padrão de vida satisfatório e com determinado nível de bem-estar.

As mudanças ocorridas na década de 60, para as quais contribuíram a oferta de emprego no sector exterior à agricultura — no país e essencialmente fora deste — a intensificação da utilização da moeda, a emergência de uma nova sociedade de consumo e uma substancial melhoria nas comunicações e transportes, introduziram alterações significativas nas estratégias de vida das famílias agrícolas. Estas estratégias traduziram-se principalmente pela deslocação da sua economia, centrada em actividades agrícolas para a centrada em actividades não-agrícolas, tornando aquelas secundárias e marginais.

Passamos de seguida à análise do segundo eixo referente às estratégias relativas às aspirações e projectos de vida das famílias — os bens materiais essenciais à subsistência e bem-estar das famílias agrícolas — abordá-lo-emos segundo duas ópticas: (i) a da compra da casa e melhoria do nível de vida e (ii) a do processo de auto-construção da habitação.

O presente estudo centra-se em torno dos dois eixos referidos, com destaque, no caso do primeiro, para o abandono do meio agrícola por motivo de via escolar ou laboral dos elementos mais jovens das famílias agrícolas e, no caso do segundo, no que concerne à compra da casa e melhoria do nível de vida dos agregados familiares.

7 - Síntese e conclusão

As referências que se apresentam sintetizam apenas os aspectos considerados mais relevantes, recorrendo aos indicadores estudados no quadro teórico-conceitual das estratégias familiares.

Da tipologia analisada, as *famílias agricultoras* privilegiam um modo de vida de subordinação à terra, onde se destacam as estratégias matrimoniais e emigratórias. Assinalámos os três universos destas unidades: as famílias agricultoras idosas, as adultas e as jovens.

As famílias agricultoras idosas distinguiram-se em dois subtipos: as famílias que emigraram e as que permaneceram nas comunidades de origem. As primeiras caracterizaram-se por não serem detentoras de terra, ou somente possuidoras de áreas muito restritas, à data do casamento. A emigração e o retorno deram-se, maioritariamente, em família. As unidades agricultoras idosas que não se ausentaram das suas comunidades, possuíam terra — herdada ou cedida por familiares — à data do casamento.

As famílias agricultoras adultas, para além de também realçarem estratégias matrimoniais e emigratórias, evidenciaram ainda estratégias hereditárias ao longo do ciclo de vida. É notório, nestas famílias, o subtipo das que emigraram — que é a esmagadora maioria — o qual não possuía património fundiário ou o possuía em área reduzida, herdado por um dos cônjuges do casal, à data do casamento.

É importante assinalar os dois indicadores cruciais das estratégias hereditárias, a designação do sucessor e sua implicação nas dinâmicas produtivas da exploração agrícola. São

estas famílias — agricultoras adultas — que possuem uma taxa de sucessão mais significativa, o que implica também uma maior dinâmica de modernização na exploração agrícola. Concretamente apresentam três tipos de dinâmicas: modernização (30%), modernização/manutenção (50%) e de manutenção (20%).

As famílias agricultoras jovens, como vimos, também revelaram, no decurso do ciclo de vida, estratégias matrimoniais e emigratórias. Também nestas famílias se encontravam dois subtipos distintos: os que não se ausentavam da comunidade de origem e as famílias que emigraram. O primeiro subtipo caracteriza-se por os agregados possuírem terra cedida dos pais ou sogros de um dos membros do casal, enquanto o segundo subtipo, se caracteriza por emigrar o elemento masculino do casal, o qual detinha terra herdada ou cedida por familiares, à data do casamento.

Na tipologia estudada, as *famílias do exterior*, sustentam um modo de vida que privilegia o trabalho fora do sector agrícola, emergindo principalmente estratégias matrimoniais e de construção de relações de trabalho. Também aqui o eixo diferenciador do ciclo de vida familiar, permitiu estabelecer as unidades família/exploração dos idosos, dos adultos e dos jovens.

As dinâmicas das famílias idosas do exterior caracterizaram-se por dois subtipos distintos: um primeiro em que o elemento feminino se dedicava à exploração e o marido trabalhava numa actividade exterior ao sector agrícola e um segundo, no qual os dois cônjuges trabalhavam na exploração agrícola. Neste último caso, frequentemente os filhos que coabitavam no agregado doméstico tinham profissões fora da agricultura.

As famílias adultas do exterior, como assinalámos, manifestaram estratégias matrimoniais e laborais, pondo ênfase ainda, ao longo do ciclo de vida, nas estratégias emigratórias e nas relativas às aspirações e projectos de vida das famílias. Estas famílias também se distinguiam por dois subtipos que se caracterizaram, tal como aconteceu com as idosas do exterior, em que num primeiro, o elemento masculino do casal desempenhava uma profissão exterior à agricultura, enquanto o feminino se dedicava à exploração agrícola. Refira-

se que nestas famílias este subtipo é o mais representativo, ao contrário do que se passava nas unidades idosas do exterior. O segundo subtipo caracterizava-se por os dois cônjuges trabalharem na exploração agrícola e os filhos que tinham terminado os percursos escolares, terem profissões exteriores ao sector primário. Ao contrário das anteriores famílias, este subtipo é aqui menos representativo.

As dinâmicas das famílias adultas do exterior, para além das duas estratégias mencionadas, evidenciaram também estratégias emigratórias e relativas às aspirações e projectos de vida das famílias. Quanto às estratégias emigratórias, estas unidades apresentam maior taxa de emigração relativamente às restantes, sendo que em três quartos dos fenómenos emigratórios, era o homem a emigrar. Também aqui se distinguem dois grupos, um maioritário, em que as unidades familiares não são detentoras de terra, ou esta é cedida ou herdada em reduzida dimensão, à data do casamento; o grupo seguinte englobava unidades que não emigraram e possuíam terra de área significativa, à data do casamento. Assinale-se que a motivação e a aplicação da acumulação das poupanças da emigração, para além da casa e exploração agrícola, se destinava ao investimento na formação escolar dos filhos, o que se destacava relativamente às outras famílias estudadas. Tendo em conta as estratégias relativas às aspirações e projectos de vida das famílias, assinale-se o facto de uma preocupação constante com os estudos dos filhos, evidenciando, apesar disto, níveis de escolaridade baixos, profissões de nível médio e no que diz respeito às filhas — uma maior tendência ao prosseguimento dos estudos. Quanto aos bens materiais necessários à sobrevivência e bem-estar das unidades familiares, refira-se que é nestas famílias que estão presentes em maior número, quando comparados com as restantes unidades.

De referir agora as dinâmicas das famílias jovens do exterior. Como foi analisado, tal como as outras famílias do exterior, também estas evidenciam estratégias matrimoniais e de construção de relações de trabalho, durante o seu percurso de vida. Porém, de forma distinta do que sucede entre as famílias idosas e adultas do exterior, ressalta uma homogeneidade. Com efeito, nestas famílias evidencia-se um subtipo único, onde um dos cônjuges tem uma profissão exterior ao sector primário e o outro, por regra, dedica-se à exploração agrícola.

As famílias da segurança social, integradas na tipologia analisada, fundamentam-se essencialmente em estratégias hereditárias e de construção de relações de trabalho, estando subjacente um modo de vida que privilegia, quer o agrícola quer o não-agrícola. Articulando estas famílias com as fases do ciclo de vida, dois universos se nos deparam: as idosas e as adultas da segurança social.

As primeiras caracterizam-se por integrarem dois subtipos distintos de unidades. Um primeiro grupo constituído por famílias que durante o seu percurso de vida anterior à reforma, viviam de receitas essencialmente provenientes da actividade agrícola; estas famílias eram detentoras de terra herdada ou cedida, à data do casamento, ou a herdar num futuro mais ou menos próximo. Um segundo subtipo, caracterizado por um dos elementos do casal ter trabalhado no exterior da agricultura, no período anterior à reforma, vivendo principalmente de receitas provenientes do mercado de trabalho; estas famílias ou não detinham terra ou detinham-na em dimensão reduzida.

As famílias adultas da segurança social, à semelhança das suas congéneres idosas, também se agrupam em dois subtipos de agregados distintos: um primeiro que as identifica com a tipologia das famílias agricultoras, num período anterior à reforma e um segundo, que as enquadra na tipologia das famílias do exterior, referente ao mesmo período. Estas famílias, para além das estratégias hereditárias e de construção de relações de trabalho, relevam ainda estratégias de aspiração e projectos de vida. É aqui também de destacar a preocupação com a escolaridade dos filhos, sendo de distinguir uma maior percentagem de raparigas comparativamente aos rapazes que prosseguem os estudos. Os bens materiais e de consumo doméstico também são aqui muito significativos relativamente às restantes unidades familiares.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João F. (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ANDERSON, Michael (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus.
- BAGANHA, Maria e Góis, Pedro (1998/1999), “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 52/53, Novembro 1998/Fevereiro 1999, pp. 229-280.
- BARLETT, P. F. (1980), “Adaptative strategies in peasant agricultural production”, in *Annual Review of Anthropology*, nº 9, pp. 545-573.
- BARTHEZ, Alice (1982), *Famille, Travail et Agriculture*, Paris, Ed. Economica.
- BOURDIEU, Pierre (1993), “Stratégies de reproduction et modes de domination”, in *Communications Présentées au Séminaire de la Mission Historique Française en Allemagne*, pp. 3- 12.
- BRETTELL, Caroline B. (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CERNEA, M. (1978), “Macrosocial Change, Feminization of Agriculture and Peasant Women’s Threefold Economic Role” in *Sociologia Ruralis*, Vol. XVIII.
- COMAS D’Argemir, Dolors e Contreras, Jesús (1990), “El proceso de cambio social”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 55 (Abril-Junio) suplemento, 71 p.
- DÍAZ Méndez, Cecilia e Díaz Martínez, Capitolina (1995), “De mujer a mujer: estrategias femeninas de huída del hogar familiar y del medio rural”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 76 (Julio-Septiembre), pp. 205-218.
- DÍAZ Méndez, Cecilia e Díaz Martínez, Capitolina (1998), “Limited choices. Patterns of transition of rural young women to active working life”, in Ferreira, V.; Tavares, T. e

- Portugal, S. (editors), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta Editora, pp. 245-252.
- GEORGE, Pierre (1977), *As Migrações Internacionais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- JACKSON, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher – Fim de Século Edições, Lda.
- LEBRUN, François (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria – Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- MAULEÓN, José R. (1998), *Estrategias Familiares y Cambios Productivos del Caserío Vasco*, Vitoria-Gasteiz, Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- MENDRAS, Henri (1991), *La Fin des Paysans*, Arles, Babel.
- O'NEILL, Brian J. (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- RIBEIRO, Manuela (1998), "Moving into the frontline. Women and emigration in less-favoured areas", in Ferreira, V.; Tavares, T. e Portugal, S. (editors), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-244.
- RIVERA, Rigoberto e Molina, Raúl (1983), "Estrategias campesinas versus estrategias de supervivencia", in *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 20, nº 57, pp. 93-110.
- RODRIGO, Isabel (1986), "Feminização da agricultura", in *Análise Social*, Vol. XXII, nº 92/93, pp. 643-652.
- SARACENO, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SHORTER, Edward (1995), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Coleção Pequena História, Terramar.

SILVA, Manuel C. (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, Manuel C. e Toor, Marga V. (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia Minhota”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, pp. 51-80.

SOBRAL, José M. (1999), *Trajectos - o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Colecção Análise Social, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin (1986), “A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo”, in *Análise Social*, Vol. XXII, nº 92/93, 3º/4º, pp. 661-668.

WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo – Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.